



Número 40  
jul-dez 2006

# FORUM

UNIVERSIDADE DO MINHO

CONSELHO CULTURAL



---

3	<i>Lúcio Craveiro da Silva</i>	<b>Editorial</b>
5	<i>Lúcio Craveiro da Silva</i>	<b>Recordando o Prof. Barbosa Romero</b>
9	<i>Manuela Martins Jorge Ribeiro Fernanda Magalhães</i>	<b>A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de <i>Bracara Augusta</i></b>
31	<i>Helena Carvalho José d'Encarnação Manuela Martins Armandino Cunha</i>	<b>Altar romano encontrado em Braga</b>
43	<i>J. Cândido Martins</i>	<b>O limiano romântico <i>Manuel Rodrigues da Silva Abreu</i>: exilado, bibliotecário e poeta-tradutor</b>
79	<i>Carlos Jaca</i>	<b>Domingos Pereira, um bracarense na 1.ª República: trajectória política</b>
119	<i>Ana Sandra Meneses</i>	<b>Arquivo do Arcebispo Primaz de Braga</b>
159	<i>António Freitas</i>	<b><i>Trachelium caeruleum</i> em Braga</b>

---

**DOCUMENTAÇÃO E VÁRIA**

177	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	<b>Sessão de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2006</b>
183	<i>José Viriato Capela</i>	<b>Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2006</b>
195	<i>Sandra Cristina Martins Costa</i>	<b>«O divórcio no Porto (1911-1934): “e aos costumes disse nada”»</b>
203	<i>Unidade de Educação de Adultos</i>	<b><i>Relatório das actividades desenvolvidas pela Unidade de Educação de Adultos – 2006</i></b>

---

---

## NOTÍCIAS

227	<i>Arquivo Distrital de Braga</i>	<b>Notícias do Arquivo Distrital de Braga</b>
233	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	<b>Notícias da Biblioteca Pública de Braga</b>
237	<i>Casa Museu de Monção</i>	<b>Notícias da Casa Museu de Monção</b>
241	<i>Museu Nogueira da Silva/ /Galeria da Universidade</i>	<b>Notícias do Museu Nogueira da Silva/ /Galeria da Universidade</b>
247	<i>Unidade de Educação de Adultos</i>	<b>Notícias da Unidade de Educação de Adultos</b>

---

## NOVOS COLABORADORES

263	<i>Ana Sandra de Castro Meneses</i>
264	<i>António José de Almeida Freitas</i>
264	<i>Carlos Rodrigues Jaca</i>
265	<i>José Cândido de Oliveira Martins</i>

---

# A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*

Manuela Martins\*

Jorge Ribeiro\*\*

Fernanda Magalhães\*\*\*

## 1

### Introdução

Assinalando os trinta anos de actividade arqueológica regular na cidade de Braga, no âmbito do Projecto de *Bracara Augusta*, iniciado em 1976, com a criação do Campo Arqueológico (Martins e Lemos 1997/98), foi realizada, no dia 8 de Novembro de 2006, uma conferência, organizada pela Biblioteca Pública de Braga, no âmbito da qual foram publicamente apresentados, pela primeira vez, os resultados das escavações que estão a ser realizadas no teatro romano identificado no Alto da Cividade, em Braga.

---

\* Presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; responsável pelo Projecto de *Bracara Augusta*; investigadora responsável pelo Projecto "Estudo preliminar do teatro romano de Bracara Augusta", financiado pelo PNTA 2003.

\*\* Bolseiro de Doutoramento da FCT; colaborador do Projecto de Bracara Augusta desde 2003; co-responsável pelo Projecto de estudo do teatro desde 2005.

\*\*\* Bolseira de Investigação do NARQ; co-responsável pelo Projecto de estudo do teatro desde 2006.

Tendo como objectivo principal a divulgação da descoberta do teatro, esta conferência não deixou de representar uma oportunidade para fazer uma breve retrospectiva da experiência de um projecto com três décadas de vida e de assinalar os resultados mais importantes que o mesmo produziu (Martins 2004a; 2004b).

Com efeito, a prática da Arqueologia Urbana enquadrada por um projecto científico, liderado desde 1977 pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, demonstrou, inequivocamente, o potencial das escavações urbanas para o conhecimento da evolução histórica de Braga, entre a época romana e a cidade moderna (Lemos *et alii* 1995). Em parte, esse conhecimento é devedor do facto de sempre ter sido centralizada a informação das escavações, muitas das quais realizadas no âmbito de salvamentos, quase inevitáveis numa cidade que tem que crescer e modernizar-se. De facto, todas as intervenções arqueológicas de Braga são entendidas como partes de um todo, ou “amostragens” do sítio arqueológico que é a cidade, sejam elas empreendidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (desde 1977) ou pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara de Braga (desde 1992).

Uma perspectiva integrada das diferentes escavações e uma valorização permanente e centralizada dos seus resultados permitiu que o objectivo da Arqueologia Urbana de Braga não se constituísse numa simples acumulação de evidências arqueográficas, mas, sim, numa construção significativa das diferentes “cidades” que se sucederam no tempo, das quais procuramos as sucessivas tramas, compostas por espaços e arquitecturas ainda largamente escondidas sob os nossos olhos.

No que respeita ao estudo concreto da cidade romana, desde sempre se defendeu que a arqueologia em Braga deveria ter como objectivo, não a simples escavação dos terrenos ameaçados, mas a reconstituição do tecido urbano de *Bracara Augusta*, o que exigia que trabalhássemos com modelos teóricos sobre a organização topográfica e urbanística de *Bracara Augusta*, os quais viriam a ser sustentados por um suporte informático que reúne toda a informação das escavações realizadas (Martins e Giestal 2000). Na verdade, esse salto qualitativo, entre uma arqueologia que se limitava a salvar e registar vestígios, muitas vezes difíceis de explicar, para uma arqueologia dos contextos construtivos, só foi possível a partir dos inícios da década de 90 quando a interpretação global

dos dados disponíveis permitiu demonstrar que a Braga romana possuía um traçado ortogonal, com uma malha de quarteirões quadrados de 150 pés de lado (Martins e Delgado 1989/90).

Esta descoberta teve um enorme alcance científico, pois o reconhecimento de um traçado ortogonal em *Bracara Augusta*, de raiz fundacional, permitia pensá-la e situá-la no contexto mais amplo do urbanismo romano peninsular, designadamente, no âmbito da política de fundações augústeas na Hispânia, ao lado de *Emerita*, *Caesaraugusta*, *Asturica* ou *Lucus Augusti* (Martins 1999a; 1999b). Por outro lado, a demonstração de um traçado ortogonal na cidade romana teve uma enorme transcendência para a continuidade da sua investigação arqueológica, pois passámos a dispor de um modelo instrumental que permitia encaixar os vestígios conhecidos e os que iam sendo descobertos numa matriz urbana e a conseguir prever que tipo de construções e equipamentos podiam vir a ser detectados nas intervenções que, desde então, passaram a ser realizadas.



Fig. 1 – Mapa da Península Ibérica com localização das províncias e convento.

Sendo certo que era necessário continuar a salvar e registar o que a construção e modernização da Braga moderna ameaçava, tornou-se óbvio que era igualmente importante procurar os vestígios de equipamentos urbanos até então desconhecidos, ou deficientemente estudados (Lemos e Martins 1998). Por isso, o projecto de *Bracara Augusta* foi repensado em função de objectivos estratégicos de investigação, que passaram a nortear o estudo da cidade romana, ainda que alguns deles tenham levado longos anos para ser cumpridos, quer por razões materiais, quer por questões financeiras, como aconteceu com a conclusão das escavações das termas públicas do Alto da Cidade (Martins e Silva 2000; Martins 2005) e da *insula* das Carvalheiras (Martins 1997/98; Martins 2000a), ou não tenham logrado concretizar-se ainda, esperando-se, de há muito, uma oportunidade para intervir no presumível sítio do *forum*, para investigar a questão do abastecimento de água à cidade, ou para descobrir o anfiteatro romano que se sabe poder ainda jazer soterrado em Maximinos (Morais 2001).

Mas enquanto tarda o cumprimento de alguns dos objectivos nevrálgicos do projecto de *Bracara Augusta* outras descobertas vão desenhando a topografia e o urbanismo desta importante cidade romana. Entre elas merece natural destaque a identificação de um teatro romano anexo às termas públicas do Alto da Cidade, objecto deste trabalho.

## 2

### Historial e alcance de uma descoberta

Em 1999 quando procedíamos à definição do limite noroeste da palestra das termas públicas do Alto da Cidade foi identificada uma maciça estrutura arqueada, com vestígios de poderosos contrafortes, que vencia um desnível considerável entre as plataformas superior e inferior da referida colina (Martins 2000; 2005). Estávamos perante um tramo do muro perimetral de um teatro, identificado numa extensão de cerca de 15m, ladeado por uma rua que acompanhava o muro, servindo, simultaneamente, de limite da palestra das termas.

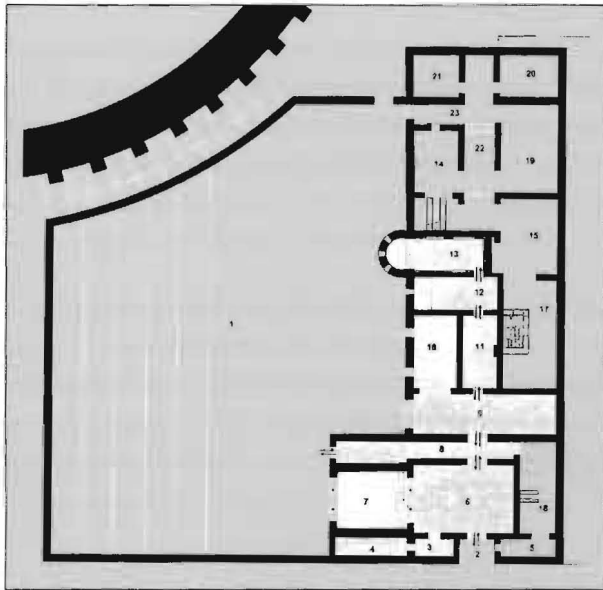


Fig. 2 – Planta das termas do Alto da Cidade com localização do muro perimetral do teatro descoberto em 1999.

Tratava-se, indiscutivelmente, de uma importante descoberta no âmbito da historiografia das investigações arqueológicas de Braga, inesperada pela circunstância de ter ocorrido em terrenos protegidos e propriedade do município bracarense, mas não totalmente surpreendente se pensarmos na importância de *Bracara Augusta* no tecido urbano da Hispânia e na capitalidade que a cidade sempre manteve desde a sua fundação (Martins 2004b; Morais 2001a).

De facto, embora a cidade seja pouco referida nas fontes literárias, com excepção de Plínio e Ausónio, sabemos que foi capital conventual, talvez desde o tempo de Augusto, ou Tibério, segundo as mais recentes datações atribuídas à organização dos conventos jurídicos do NO peninsular, facto que lhe conferiu, na hierarquia das cidades provinciais, um importante papel centralizador.

A capitalidade de *Bracara Augusta* sobre um vasto território deveria torná-la beneficiária de espaços e de arquitecturas que assegurariam a vida cívica, mas que representariam, também, expressões da adesão das comunidades



indígenas bracarenses ao modo de viver romano e a fidelidade ao poder imperial. De facto, o poder imperial, parecendo longínquo, fazia-se próximo, quer através da figura dos funcionários da administração central e provincial, quer através dos sacerdotes e *flamens* que prestavam culto ao Imperador, quer ainda através de arquitecturas e espaços, cuja utilização servia para lembrar ao cidadão comum a sua pertença ao Império, como era o caso dos edifícios de espectáculos, entre os quais merece particular destaque o teatro.

Com efeito, os teatros constituíram equipamentos essenciais do programa urbanístico das cidades romanas do século I da nossa era, oferecendo-se como um cenário privilegiado de entretenimento e de liturgia propagandística do regime imperial, que servia, tanto para difundir a cultura vencedora, como para recriar a restritiva hierarquia social romana, representada na rigorosa distribuição da assistência, sentada em lugares predeterminados, de acordo com as respectivas ordens (Gros, 1990).

Os edifícios de espectáculos eram, assim, dispositivos de prestígio fundamentais ao serviço da *romanitas*, pese embora os altos custos envolvidos na sua construção e manutenção que, não raro, arruinavam as finanças municipais e privadas.

Se é certo que as capitais conventuais, como *Bracara Augusta*, não deviam, pela sua importância, dispensar tal tipo de equipamentos, a verdade é que eles têm tardado em ser identificados no NO peninsular, tendo servido à historiografia tradicional para minimizar a profundidade da romanização daqueles territórios, tardiamente integrados no Império, ou sublinhar a importância do seu substrato indígena.

E, no entanto, sabemos, com base nas fontes eruditas dos séculos XVII e XVIII, que *Bracara Augusta* possuiu um anfiteatro. A sua descrição é particularmente detalhada na obra de D. Rodrigo da Cunha (1634) que refere, como sendo ainda visível na paróquia de S. Pedro de Maximinos "*hum como que meo circulo, lugar onde estava o amphiteatro, em que os Bracharenses ao modo romano celebravão as suas festas*". Já da leitura dos escritos de Jerónimo Contador de Argote de 1732, um século depois, depreendemos que só com dificuldade se reconheciam então as ruínas do referido anfiteatro, pelo que se subentende

que as mesmas estariam já quase ou completamente soterradas, ainda que, em meados do século XIX, Pereira Caldas refira, entre os notáveis objectos dignos da atenção dos reis portugueses (D. Maria II e o príncipe D. Fernando), restos escassos que ainda apareciam nas escavações do antigo anfiteatro romano (Morais 2001). A utilização da palavra escavações parece-nos bastante significativa, pois sugere que o edifício estaria então totalmente soterrado, sendo necessário “escavar” para tornar visíveis os seus vestígios.

Embora não se registem mais referências ao anfiteatro, posteriormente ao século XIX, pensamos que a memória escrita das suas ruínas, bem como os indícios propiciados pela análise da fotografia aérea de Braga, valorizados por Rui Morais (2001), representam, em conjunto, um poderoso testemunho da sua existência, que aguarda uma oportunidade de ser confirmada arqueologicamente.



Fig. 3 – Localização do anfiteatro (1) e do teatro (2).

Ao contrário do anfiteatro, do qual existe uma memória erudita, não são conhecidas quaisquer referências escritas a um teatro romano em Braga. E, no entanto, uma cidade que possuía um anfiteatro possuiria certamente, também, um teatro, pois este tipo de edifício era muito mais frequente.

Curiosamente existe dele uma memória cartográfica que não foi devidamente valorizada senão após a sua identificação arqueológica. De facto, a análise atenta da planta de Braga, da autoria do engenheiro Francisco Goullard, elaborada em 1883-84, permite observar uma inusitada concentração de curvas de nível no local que hoje corresponde aos limites da plataforma superior do Alto da Cividade. Efectivamente, aquelas curvas de nível correspondem a uma fossilização do que seria o declive da *cavea* superior do teatro, também registada na fotografia aérea mais antiga que dispomos para Braga, datada de 1946, conforme pudemos demonstrar pela projecção do edifício que vem sendo posto a descoberto nos últimos anos.

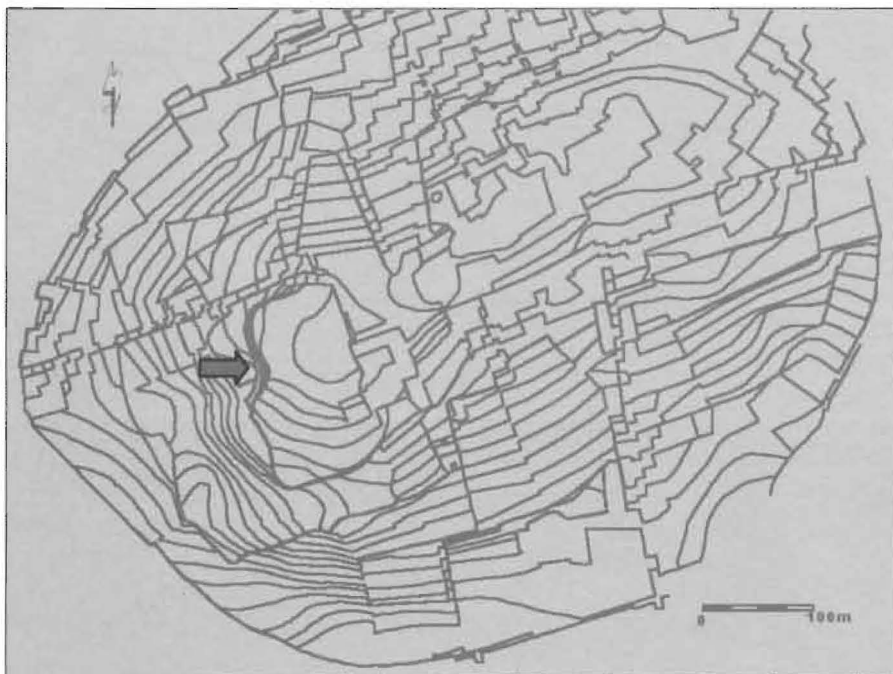


Fig. 4 – Localização do teatro na planta de Francisco Goullard.

## 3

## O projecto de escavação e estudo do teatro

## 3.1

## Trabalhos e resultados preliminares: 1999-2003

A identificação em 1999 de parte do muro perimetral do teatro, situado no limite noroeste da palestra das termas, permitiu desde logo analisar algumas das suas características construtivas. De facto, estávamos perante um muro com cerca de 4m de largura, limitado por dois paramentos, com um miolo composto por um poderoso enchimento de pedras e argamassa.



Fig. 5 – Perspectiva do muro perimetral do teatro detectado em 1999.

O paramento exterior, conservado de forma descontínua, revelou um aparelho em *opus vittatum*, tendo-se conservado numa altura máxima de 2m. A intervalos regulares de 11,50m (cerca de 40 pés) dispõem-se poderosos contrafortes, alguns dos quais apenas identificáveis pela fundação, pois foram extensamente

saqueados. Outros, pelo contrário, revelaram um bom estado de conservação, mostrando que possuíam 1,20m de largura (4 pés) por 0,90m de espessura (3 pés). Eram compostos por grandes silhares almofadados, dispostos vertical ou transversalmente. Entre os silhares dispõem-se blocos de aparelho isódomo.

O paramento interno era constituído por um aparelho muito tosco, assente sobre estruturas anteriores, destinando-se a ser coberto pelas cimentações da cavea.

Contornando a estrutura foi igualmente identificada uma calçada de circulação externa, que acompanhava a curvatura do muro e vencia o declive do terreno através de pequenas plataformas sugestivas da existência de lances de escadas. A limitar a calçada do lado da palestra das termas existia um muro também arqueado, com altura irregular, mas que se desenvolveria certamente em altura para servir de elemento de contenção da palestra (v. Fig. 2).

Tendo em conta os enchimentos da vala de fundação do muro do teatro foi possível datá-lo dos inícios do século II, cronologia que permite associar a sua construção à Fase I das termas e articular os dois edifícios, que se encontram arquitectonicamente interligados (Martins 2005).

Dentro das nossas disponibilidades fomos realizando algumas pequenas intervenções entre os anos de 2000-2003 que permitiram verificar a continuidade do muro perimetral do teatro na plataforma superior da colina, quase sempre associado a restos de pavimentações que sugeriam a existência de um espaço de circulação envolvente do edifício.

Tendo em conta a importância que a descoberta de um teatro em *Bracara Augusta* tinha necessariamente, não só em termos do estudo e valorização da arquitectura e urbanismo da cidade, mas também para o conhecimento da arquitectura de espectáculos na área setentrional da Hispânia, onde não são por ora conhecidos edifícios do género, formalizámos um projecto de investigação para o estudo preliminar do teatro, a desenvolver em quatro anos, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos 2003 (PNTA), apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (IPA), o qual viria a ser aprovado e financiado a partir de 2004. O referido projecto encontra-se ainda em curso, terminando em 2007.

### 3.2

#### As escavações realizadas entre 2004-2006

Nunca foi nossa intenção escavar o teatro romano de Braga em quatro anos (período de vigência do Projecto), mas apenas realizar um estudo preliminar do mesmo, cujos objectivos essenciais foram definidos no projecto de investigação aprovado.

Os referidos objectivos centravam-se numa análise das suas características construtivas, no afinamento da sua cronologia e, naturalmente, na verificação do estado de conservação das suas diferentes partes orgânicas, as quais se distribuem pelas três plataformas em que se organizam actualmente os terrenos correspondentes à vertente oeste da colina do Alto da Cividade.

Assim, desenvolvemos uma estratégia de escavação tendo em vista sondar as diferentes plataformas da colina, partindo de uma projecção ideal do teatro, tendo em conta o arco sugerido pela parte descoberta do muro perimetral. Pretendia-se deste modo calcular, de forma aproximada, os locais onde era previsível encontrarmos a orquestra e a *scaena*.

O desenvolvimento das escavações do teatro entre 2004 e 2006 revelou-se cheio de dificuldades, mas também de surpresas. As dificuldades relacionaram-se com impedimentos materiais que atrasaram o início das escavações na plataforma inferior, onde supúnhamos poder encontrar os restos da *scaena* e da orquestra. Na verdade, a acumulação de terras de anteriores escavações depositadas sobre a vertente, bem como de pedras oriundas de vários locais de Braga e depositadas nos terrenos da Colina, obrigou a intensos trabalhos de remoção, feitos com máquinas, para libertar os terrenos para posterior escavação. As surpresas, essas resultaram da constatação do bom estado de conservação das ruínas do edifício que pouco a pouco foi sendo descoberto, bem como da evidência de algumas destruições recentes.

Na campanha de 2004 foi possível observar a continuação do muro perimetral, reduzido aos alicerces e a existência de uma rua envolvente. As escavações permitiram identificar ainda o sistema de construção do muro perimetral, revelando novos tipos de contrafortes mais pequenos.

A partir da campanha de 2005 pudemos finalmente começar a trabalhar em duas frentes. Uma delas continuou a ser a plataforma superior onde corre o muro perimetral, tendo em vista compreender a envolvente do teatro, pelo que foi posta a descoberto uma extensa área, cujo estudo ainda não se encontra concluído.



Fig. 6 – Perspectiva do muro perimetral na plataforma superior.

Na plataforma inferior os trabalhos começaram por uma sondagem, tendo em vista identificar a potencialidade estratigráfica do local e a profundidade dos vestígios. Conhecida a estratigrafia e com largo recurso a máquinas<sup>1</sup> foram removidos muitos dos aterros modernos depositados na plataforma inferior nos anos 70, quando a colina esteve para ser urbanizada, o que permitiu por a descoberto, logo em 2005, uma área significativa da *scaena*. Surpreendente foi também a descoberta de colunas tombadas, algumas das quais parcialmente soterradas sob os espessos sedimentos sobre os quais assentava um muro de construção moderna que separava o actual tabuleiro inferior do tabuleiro médio da colina.



Fig. 7 – Perspectiva dos vestígios descobertos em 2005, correspondentes à *scaena* do teatro.

Tendo em conta os resultados obtidos, tornava-se absolutamente necessário desmontar o referido muro e remover cerca de 4m de aterros, trabalho que só veio a ser realizado na campanha de 2006.

Após a concretização dos referidos trabalhos foi possível por a descoberto uma parte significativa do quadrante noroeste do edifício, que surpreendeu pela qualidade dos vestígios encontrados, especialmente em termos de qualidade de construção.

Assim, na campanha de 2006 viriam a ser identificados os limites conservados da basílica norte, os limites do *pulpitum* e as cimentações da *scaenae frons*, bem como parte do *aditus* norte, que correspondia a um corredor que dava acesso à orquestra, o qual conservava restos de um pavimento de lajes de granito.





Fig. 8 – Perspectiva geral da área escavada em 2006.

O muro do *proscænium* revelou-se recortado, sendo de destacar que apresentava restos de argamassas em quase toda a extensão descoberta, sobre as quais assentava a pintura a fresco, que revestiria todo o muro, como tivemos oportunidade de documentar através de alguns sectores de pintura conservados. Tanto quanto é possível admitir pelos restos de argamassas detectadas na parede poente do *aditus* esta seria igualmente decorada com pinturas. No muro do *proscænium* foi ainda identificada uma saída de água que ligaria a uma das cloacas que se situam no limite do terreno.



Fig. 9 – Pormenor do *aditus* limitado à esquerda pelo muro do *proscenium*.



Fig. 10 – Pormenor de restos da pintura que ornamentava o muro do *proscenium*.

Sem dúvida que uma das surpresas maiores dos trabalhos de 2006 foi a identificação de aspectos construtivos variados do teatro. Um deles relaciona-se com a descoberta de grande aparelho que revestia as cimentações de sustentação da *cavea*. O *opus vittatum*, já referenciado no muro perimetral, está presente no muro do *proscenium*, na parede nascente do *aditus* e nalguns muros da basílica que constitui o limite norte do corpo cénico.

Razões de ordem prática, relacionadas com a acumulação de espessos aterros, que necessitam de ser removidos, impediram o avanço da escavação para nascente, impossibilitando-nos a identificação da orquestra. Todavia, foi possível observar, no limite da área escavada, o arranque de um muro curvo, que sugere corresponder ao limite da *cavea* inferior do teatro.

Se é certo que um imenso trabalho nos espera ainda para podermos por a descoberto a orquestra, a *cavea*, bem como a parte não identificada do corpo cénico, julgamos, contudo, a avaliar pelos resultados obtidos até ao momento, que será possível encontrar os referidos elementos ainda em bom estado de conservação, facto que facilitará o seu estudo e eventual valorização patrimonial do edifício.

De qualquer modo, pese embora o facto de não termos ainda escavado a orquestra e de ser necessário, também, realizar um trabalho fino de análise estratigráfica, tendo em vista a melhor compreensão da cronologia do teatro, entendemos que o que se conhece hoje do teatro romano de *Bracara Augusta* permite já dar resposta a algumas das questões que foram formalizadas como objectivos para o seu estudo preliminar, como sejam o sistema construtivo, as características do edifício e o seu estado de conservação.

## 4

## Breve balanço dos resultados

As escavações realizadas no teatro romano até 2006 permitem já definir algumas das características estruturais do edifício e prever outras, tendo em conta o carácter simétrico e estereotipado deste tipo de equipamentos (Mar 1994).

Podemos afirmar que o teatro de *Bracara Augusta* era um edifício de dimensão apreciável, tendo em conta o arco definido pelo seu muro perimetral. A largura média daquele, estimada em cerca de 4m permite supor que existiria um pórtico *in summa cavea*, característica frequente nos teatros romanos. Este pórtico, que permitia a circulação dos espectadores, deveria possuir 3m de largura (10 pés), sendo acessível a partir de uma ou mais portas que se rasgariam no muro de fachada do teatro, o qual deveria possuir cerca de 1m de espessura. A presumível existência de um pórtico encimando a *cavea* permite estimar para a mesma um diâmetro de cerca de 68,60m.

Sabemos que o muro da fachada do teatro foi construído em *opus vittatum*, que pode ser apreciado com pormenor no seu lado sul, onde seria mais alto e onde teria que vencer o acentuado desnível do terreno, pelo que a intervalos regulares de cerca de 11,50m (cerca de 40 pés) se dispunham poderosos contrafortes com 1,20m de largura (4 pés), por 0,90m de espessura (3 pés). Estes eram compostos por grandes silhares almofadados, dispostos vertical ou transversalmente, entre os quais se observam blocos de aparelho isódomo.

As características do muro perimetral, encontrado e observado em vários locais da plataforma superior da Colina da Cividade, nas sucessivas áreas descobertas, permitem afirmar que o paramento externo do teatro revestia uma poderosa cimentação, formada por pedra e argamassa, com 4m de largura, a qual permitia suportar, quer a fachada do edifício, quer o pórtico interior já referido.

No local que corresponde aproximadamente ao meio do teatro foram encontrados os embasamentos que suportavam a colunata que ornamentaria a fachada externa do edifício. Os referidos embasamentos encontram-se semi integrados no muro da fachada do edifício, dispondo-se a espaços regulares.

Sobre um deles foi encontrado um remate troncocónico que se destinaria a assentar uma coluna, ou uma pilastra ornamental. A identificação deste último elemento permitiu-nos estimar a cota de circulação externa do teatro, facto que conjugado com a cota obtida na área onde julgamos situar-se a orquestra permite estimar a altura da *cavea* em cerca de 13,20m (cerca de 44 pés), bem como a sua provável inclinação de 25°.

De momento, possuímos poucos elementos sobre a *cavea* do teatro, pois grande parte dela repousará ainda sob os solos que formam a plataforma média da Colina, ainda não desaterrada. Sabemos, contudo, que o seu sector sul foi profundamente destruído por um grande rasgão aberto com máquinas, no início dos anos 70 do século passado, o qual pretendia abrir uma rua entre a plataforma inferior e superior da Colina, quando esta esteve projectada para ser urbanizada. Apesar desta destruição pensamos que os sectores central e norte do *cavea* poderão estar parcialmente conservados, podendo vir a revelar elementos sobre a sua organização. De momento apenas podemos afirmar que pelo menos parte da *cavea* se alicerçava na rocha natural, que terá sido cortada para criar a necessária pendente para a implantação do teatro.

Os elementos disponíveis neste momento, tendo em conta a área escavada da *scaena* e zonas adjacentes, permitem considerar que a orquestra deverá ter um diâmetro máximo provável de 21m.

Entre a orquestra e o corpo cénico do teatro detectámos um *aditus*, corredor com 2,40m de largura, que permitiria o acesso dos espectadores mais ilustres aos assentos da orquestra, a partir da basílica identificada no limite norte da *scaena*. Os degraus por onde se faria a passagem, rasgados no muro que limita o *pulpitum*, encontram-se de momento entaipados por murete construído numa fase posterior à desafecção do edifício, correspondendo a uma construção que reaproveitou parte do edificado anterior.

No limite norte da *scaena* desenha-se um compartimento, do qual se conservaram bem dois muros, alicerçados na rocha. O referido compartimento corresponde a uma basílica que garantia a articulação da *cavea* com o corpo cénico. Possuía um comprimento provável de 13,50m (45 pés) e uma largura de 9,60m (32 pés). No interior deste espaço conservaram-se 3 conjuntos de silhares sobrepostos.

Os elementos disponíveis permitem considerar que o *pulpitum*, correspondente à área do palco, teria uma largura de 6,70m (cerca de 23 pés), sendo limitado pelas cimentações da *scaenae frons* e pelo muro do *proscenium*, que o separava da orquestra, o qual possuía, na área posta a descoberto, uma espessura máxima de 1,50m (5 pés) e mínima de 0,75m (2,5 pés), no local onde se desenha uma exedra rectangular. É igualmente possível considerar que o *pulpitum* deveria atingir uma altura aproximada de 1,40m (cerca de 5 pés).

Tanto quanto é possível julgar pela espessura das cimentações que formavam a *scaenae frons* esta teria de largura cerca de 2,40m (cerca de 8 pés), dela arrancando alguns muros que permitem conjecturar um *postscenium* com cerca de 4,40m de largura, o qual rematava as traseiras do corpo cénico.

Sem dúvida que um dos aspectos mais interessantes do teatro de *Bracara Augusta* resulta da sua estreita articulação com umas termas públicas construídas nos inícios do século II (Martins 2005) e da inserção urbana dos dois edifícios.

Sabemos que as termas foram construídas sobre um edifício anterior, identificado como edifício pré-termal, de funcionalidade desconhecida e com uma cronologia fundacional, ou júlio claudiana, parte do qual foi sobreposto pelas cimentações do muro perimetral do teatro. Admitimos, por isso, que a construção deste último edifício implicou o arrasamento das construções anteriores que deveriam erguer-se na *insulae* a norte do edifício pré-termal, qualquer que tenha sido a sua funcionalidade. De resto, no limite norte da área escavada da plataforma superior encontrámos evidências de estruturas que foram ou arrasadas ou reorganizadas para permitir o assentamento do teatro. Este facto pressupõe que a construção do complexo termas / teatro tenha correspondido a uma reorganização profunda deste sector da cidade, que se situa nas proximidades do *forum* administrativo, talvez com o objectivo de o valorizar e monumentalizar (Martins 2005).

O teatro ocupou o remate da plataforma superior da cidade onde assentava o *forum*, estando encaixado na vertente e virado a poente, tal como o edifício das termas, com a sua ampla palestra. Neste sentido, o teatro de *Bracara Augusta* e as pequenas termas públicas anexas foram construídos num espaço

privilegiado da cidade romana, seguindo modelos que encontramos nalgumas cidades provinciais. Esta localização pensada e intencional, pois implicou a remodelação profunda de espaços anteriores reforça, certamente, o papel que o edifício de espectáculos teria desempenhado em termos culturais e ideológicos, permitindo a diversão do público, mas propiciando, também, a prática de rituais colectivos reconhecidos que expressavam sempre o nível de integração dos habitantes da cidade (Gros 1996).

Finalmente, não podemos deixar de referir que a descoberta do teatro de Bracara Augusta vem preencher um enorme vazio na cartografia dos teatros da Hispânia romana, sendo de destacar que o NO peninsular sempre surgiu como marginal à dispersão dos edifícios de espectáculos. Estamos certos que o referido vazio não evidencia uma ausência real, mas sim um estado de investigação que tenderá a ser superado com o desenvolvimento das escavações urbanas nas cidades do NO.

## Nota

<sup>1</sup> Todo o trabalho de remoção de terras realizado com máquinas tem sido assegurado pela Câmara Municipal de Braga, desde 2004, instituição à qual não podemos deixar de agradecer esta preciosa colaboração prestada às escavações do teatro, sem a qual seria impossível avançar na escavação do edifício.

## Bibliografia

- Argote, J. Contador (1732/34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- Cunha, D. R. da (1634). *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Braga.
- Gros, P (1990). Théâtre et culte imperial en Gaule Narbonnaise et dans la péninsule ibérique, in W. Trillmich e P. Zanker (ed). *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, Munique, pp. 381-390.
- Lemos, F. S.; Martins, M.; Delgado, M. (1995) À Descoberta de *Bracara Augusta*: um Projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Janeiro, pp. 53-60.
- Lemos, F. S. e Martins, M. (1998) O projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 23, Braga, pp. 117-143.
- Mar, R. (1994). Vitrubio y la tipología de los teatros augústeos. Un problema de interpretación histórica, *Braçal*, 10, Sagunto, pp. 23-44.
- Martins, M. (1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 23-45.
- Martins, M. (1999a). A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de *Bracara Augusta*, in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola profissional de arqueologia, IPPAR, PP, 53-76.
- Martins, M. (1999b) A Galécia Romana, in Xosé M. Souto González (coord.) *História no Eixo Atlântico*, cap. 2, Vigo, pp. 105-130.
- Martins, M. (2000). *Bracara Augusta. Cidade Romana*, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. (2000a) *A casa romana das Carvalheiras (Braga)*, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. (2004a) Arqueologia Urbana em Braga: uma experiência multidisciplinar em busca de *Bracara Augusta*, *Actas do Ier Simposi Patrimoni*



- i Turisme Cultural. Arqueologia viva de las Ciutats de l'Antiguitat*, Lérída, pp. 17-40.
- Martins, M. (2004b) Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Actas do Congresso Internacional "Simulacra Romae. Roma i les Capitals provincials de l'Occident"*, Tarragona, pp. 149-175.
- Martins, M. (2005) *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1, UAUM/Narq, Braga.
- Martins, M. e M. Delgado (1989/90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38.
- Martins, M. e F. S. Lemos (1997/98). Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 2.ª série, 14-15, Braga, pp. 9-21.
- Martins, M. e Silva, P (2000). As termas públicas de *Bracara Augusta*, in C. Fernández Ochoa y V. Garcia Entero (eds), *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón, pp. 73-81.
- Martins, M. e Giestal, C. D. (2000) O Projecto Siabra: Um sistema de Informação para a Arqueologia Urbana em Braga, in *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, X, "Sistemas de Informação Arqueológica. SIG's aplicados à Arqueologia da Península Ibérica*, Porto, pp. 43-61.
- Morais, R. M. L. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, pp. 55-76.
- Morais, R. M. Lopes (2001). O comércio e a rede de transportes de *Bracara Avgvsta* no contexto do NW Peninsular (Elementos para o seu estudo)", *ler Simposi Patrimoni i Turisme Cultural. Arqueologia viva de les ciutats de l'Antiguitat*, Lleida, 2001, pp. 41-76.